

190

1814

92

140 5



Fotos de Claudney Pessôa

CHEGADA

Ao desembarcar ontem no Aeroporto de Vitória, a delegação foi recepcionada por um grupo de 100 indígenas

Índios fazem balanço de viagem à Europa em busca de apoio

O cacique tupiniquim da tribo de Caieiras Velha, José Luís Ramos, e o representante da tribo guarani, Maurício da Silva Gonçalves, ambos da região de Aracruz, foram recepcionados no início da tarde de ontem por aproximadamente 100 índios no Aeroporto de Vitória.

Ramos e Gonçalves chegaram ontem após 12 dias de viagem à Noruega e Inglaterra, em busca de apoio de entidades internacionais para a demarcação de terras em Aracruz. Desde 1993 os índios do município de Aracruz reivindicam a ampliação de seus 4.500 ha de terra demarcada em mais 13.579 ha. Segundo Gonçalves, a ampliação é para garantir a sobrevivência cultural e de vida dos índios, com o desenvolvimento da agricultura. Vivem hoje na região 1.497 índios, divididos em três aldeias, sendo duas guarani.

Na Noruega, Ramos e Gonçalves tiveram encontros com representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Comércio, além de deputados da Comissão de Relações Exteriores, representantes de igrejas e organizações não-governamentais (ONGs).

Uma das ONGs visitadas pelos representantes indígenas foi a Norwatch, pertencente à entidade Future in our Hands, que fiscaliza a atuação de empresas de capital norueguês em diversos países, denunciando atividades consideradas irregulares junto ao meio ambiente e à questão indígena.

Segundo os índios capixabas, como o Banco da Noruega é acionista do Grupo Lorentzen, que possui 20% das ações da Aracruz Celulose, a luta pela demarcação da terra foi discutida com entidades da Noruega, como forma de denunciar a luta travada em Aracruz e conseguir apoio. Os índios disputam com a empresa Aracruz Celulose a ampliação de suas terras.

Após o desembarque no Aero-

porto de Vitória, os índios seguiram para a Procuradoria Geral da República no Espírito Santo, onde tinham agendada uma reunião com o procurador da República, Elton Ghersel. Lá pediram apoio para ter agendada uma audiência com o ministro da Justiça, Iris Rezende, ainda este mês. Ghersel mostrou-se disposto a levar a reivindicação à Procuradoria Geral da República, em Brasília, onde possivelmente poderá ser agendada junto ao Ministério da Justiça a audiência solicitada. O mesmo pedido foi feito ao deputado federal Nilton Baiano.

DEMARCAÇÃO – De acordo com a representante do Conselho Indigenista Missionário, Tânia Maria Silveira, em julho de 1993 foi dada entrada no pedido de demarcação de terra, sendo que em agosto do ano seguinte a Funai montou uma equipe técnica para fazer a identificação antropológica da área reivindicada.

Em dezembro de 1995 o trabalho foi concluído, sendo que no dia 8 de janeiro de 1996 o Governo Federal baixou o decreto 1.775 que garante a manifestação/contestação dos atuais ocupantes da terra. Como a

área em questão pertence atualmente à empresa Aracruz Celulose, a Assessoria Jurídica da empresa apresentou sua contestação.

Atualmente o processo está em fase de análise pela Funai, que até o dia 14 de junho dará parecer sobre a questão. A partir do dia 15 deste mês, o Ministério da Justiça tem 30 dias para se manifestar. Os 13.579 ha reivindicados pelos tupiniquim e guarani foram selecionados por eles por ficarem ao lado das reservas atuais, fazendo parte da área central do que eles consideram território ancestral, incluindo os últimos fragmentos da mata nativa da região.

Para a Assessoria Jurídica da Aracruz Celulose, a reivindicação indígena esbarra nos procedimentos legais adotados pela empresa desde que se instalou no Espírito Santo. Em entrevista concedida ontem à **Rádio CBN**, o gerente jurídico da Aracruz Celulose, José Luiz Braga, afirmou que a empresa se pauta de acordo com a lei, e desde meados de 1960, quanto a Aracruz procurou se instalar no Estado, adquiriu terras de proprietários que possuíam o título de propriedade de acordo com a lei.

**VIAGEM**

Ramos e Gonçalves foram à Europa buscar apoio para suas reivindicações